

# A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INTELIGENTE E INTEGRADO: A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL EM ARARAQUARA/SP

**Thomazinho, Ana<sup>1</sup>; Fonseca, Sérgio<sup>2</sup>**

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Email: [ana.thomazinho@unesp.br](mailto:ana.thomazinho@unesp.br)

2. Orientador pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Email: [sergio.fonseca@unesp.br](mailto:sergio.fonseca@unesp.br)

**Resumo:** Atualmente, a gestão participativa ganha projeção nacional e internacional no campo do debate público. O objetivo deste estudo é compreender e analisar a prática do Orçamento Participativo (O.P.) em sua forma digital enquanto uma ferramenta relevante para o desenvolvimento local sustentável, inteligente e integrado. Levando em conta a importância de analisar os processos políticos que evidenciam a influência da política municipal na vida dos indivíduos, será feita uma análise sobre essa prática no município de Araraquara/ SP, considerando o arranjo participativo institucionalizado pelo governo atual e seu engajamento frente ao desenvolvimento sustentável exposto pelo plano “Araraquara 2050”, criado em 2019. A revisão bibliográfica utilizada em conjunto com a observação de plenárias e análise documental foi parte fundamental do estudo.

**Palavras-chave:** Gestão participativa; Orçamento Participativo Digital; Política Municipal; Desenvolvimento Local Sustentável;

**Abstract:** Currently, participatory management gains national and international projection in the field of public debate. The objective of this study is to understand and analyze the practice of Participatory Budgeting (P.B) in its digital form as a relevant tool for sustainable, intelligent and integrated local development. Taking into account the importance of analyzing

the political processes that show the influence of municipal policy on the lives of individuals, an analysis will be made of this practice in the municipality of Araraquara/SP, considering the participatory arrangement institutionalized by the current government and its engagement with development sustainability exposed by the "Araraquara 2050" plan, created in 2019. The literature review used in conjunction with interviews with public managers and document analysis will be a fundamental part of the study.

**Keywords:** Participatory Management; Digital Participatory Budget; Municipal Policy; Sustainable Local Development;

## **1.INTRODUÇÃO**

Devido à importância de discutir práticas de administração pública que estejam comprometidas com o desenvolvimento local, este estudo pretende analisar criticamente os impactos do incentivo à participação popular para a construção de cidades mais inteligentes, integradas e sustentáveis. Para isso, busca-se colocar em pauta a relevância de uma política pública nascida em Porto Alegre/RS na década de 1980 (SILVA, 2009): o Orçamento Participativo.

No que diz respeito ao desenvolvimento de métodos inovadores de participação política popular, para Borba e Ribeiro (2012), o Orçamento Participativo (O.P) apresenta uma alternativa às práticas de gestão tradicionais e centralizadoras, conquistando destaque mundial e adquirindo amplitude pelos diversos municípios brasileiros.

O cenário escolhido para a análise foi o município de Araraquara/SP, devido ao fato de ser atualmente administrada por um governo cujo slogan de campanha no ano de 2016 defendia uma “cidade participativa e solidária”, que segundo Avritzer (2008, p. 51) caracteriza o Orçamento Participativo como uma política “fortemente democratizante, dependente da vontade do governante”. Para Silva (2009), apesar de inspirado pela experiência sulista, o O.P de Araraquara/SP apresenta características específicas justamente por ter sido implementado pela iniciativa e estilo político do administrador local.

De forma a fortalecer a formação e empoderamento de lideranças comunitárias que participam de plenárias regionais, sub-regionais e temáticas, o O.P instaura em Araraquara/SP nos anos 2000 (SILVA, 2009) um processo democrático no qual há a troca de interesses e exposição de necessidades requisitadas por vários setores da população, inclusive os mais socioeconomicamente vulneráveis. Posteriormente à tomada de decisões, é criado o Conselho de Orçamento Participativo (C.O.P), órgão composto por membros da sociedade civil, sendo responsável por implementar e fiscalizar as políticas públicas demandadas.

Além disso, através da criação do plano “Araraquara 2050”, a cidade demonstra engajamento frente ao desenvolvimento sustentável e às suas dimensões fundamentais que, segundo Joppert (2017), podem ser resumidas em social, econômica e ambiental. Segundo notícia divulgada pelo site da Prefeitura Municipal, elaborado em 2019, o plano representa uma forte parceria entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a Prefeitura Municipal. Seus princípios privilegiam a participação popular e a transparência da administração pública como fortes aliados para alcançar a nível local as metas criadas internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), representadas por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser alcançados até 2030.

Ainda, privilegia a ênfase na construção de um canal comunicativo entre Estado e sociedade intitulado “Governança, Inovação e Transparência na Administração Pública”, na medida em que considera a transparência e participação popular fatores relevantes na promoção do desenvolvimento sustentável local. Para tal, em 2017, lança no site da Prefeitura Municipal o “Orçamento Participativo Digital – Plenárias da Cidade.”, utilizando das tecnologias da informação e comunicação para criar um canal aberto de diálogo com a sociedade civil, de forma que os cidadãos passam a decidir os temas mais relevantes para a cidade de forma virtual.

Logo, a pesquisa adquire relevância devido à atualidade da temática e a necessidade de correlacionar fatores como tecnologia da informação, sustentabilidade e descentralização política para a compreensão do fenômeno de cidades participativas, inteligentes e sustentáveis na contemporaneidade, dado que, para Castells (1999), a revolução das tecnologias da informação e comunicação é tão relevante para a compreensão da economia atual quanto a Revolução Industrial foi para a compreensão da economia do século XVIII.

Em função desses aspectos, busca-se uma resposta para a seguinte questão, condutora da pesquisa: seria o Orçamento Participativo Digital uma alternativa para promover o desenvolvimento de uma cidade inteligente, integrada e sustentável? Ao encontro da problemática de pesquisa, o objetivo do texto pode ser expresso por investigar em que medida o Orçamento Participativo em sua forma presencial e virtual é capaz de resultar na construção de obras e serviços pertinentes ao desenvolvimento local integrado, inteligente e sustentável. O objeto de estudo serão as obras deliberadas pelas lideranças comunitárias no Orçamento Participativo Digital - ‘‘Plenárias da Cidade’’.

## **2. CIDADES PARTICIPATIVAS, INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS**

A participação popular ativa é vista por Sen (2000) como uma das condições necessárias para o desenvolvimento das capacidades humanas, pois coloca os-indivíduos como agentes responsáveis pelos processos decisórios que influenciam questões fundamentais de suas vidas. Através dessa abordagem, é possível delimitar princípios fundamentais para a compreensão da totalidade do desenvolvimento sustentável, dado que a junção dos princípios da ética e da economia resultam na economia de bem-estar, que funciona como um instrumento capaz de aproximar a responsabilidade sobre as relações com o meio ambiente e o sistema produtivo.

As questões econômicas não devem ser interpretadas unicamente com a finalidade da eficiência e praticidade, mas sim, como uma perspectiva moral que considere os parâmetros da justiça social. Durante décadas, o utilitarismo foi visto como a única forma de encarar as questões econômicas, sendo considerado parte indissociável do processo racional de apreensão do mundo pelos indivíduos. No entanto, surge agora uma nova perspectiva para interpretar a economia e os bens sociais, dessa vez considerando sua representação como uma ponte para um fim comum: a liberdade (SEN, 2000).

O debate sobre as questões do desenvolvimento é ampliado de forma a incorporar outras métricas distintas da ênfase no Produto Interno Bruto. Esse fator considera apenas os índices de crescimento econômico, sendo substituído posteriormente por uma ótica centrada na economia de bem-estar. A criação do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), tendo

Amartya Sen como um dos criadores, passa a considerar os eixos saúde, geração de renda e educação enquanto métrica para designar os padrões de desenvolvimento entre os países.

A iniciativa de dividir o desenvolvimento em 3 eixos não é reducionista, dado que a criação de uma agenda internacional para o desenvolvimento sustentável anos mais tarde por parte da ONU, deixa evidente como os componentes da saúde, educação e renda ganham multidimensionalidade quando pensados pelo espectro da sustentabilidade que, segundo Sachs (1993), deve considerar fatores políticos, econômicos, culturais, ambientais e espaciais. Nesse sentido, a saúde, por exemplo, não deve estar apartada de questões ambientais e culturais, na medida em que a agenda 2030 considera metas relacionadas à igualdade de oportunidades assim como ao acesso à água potável e ao saneamento básico.

Sob essa ótica, os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, como o acesso à informação, à liberdade de expressão e locomoção, etc., acabam por resultar em um processo indutor do desenvolvimento sustentável, incluindo e preocupado com as questões ambientais, no entanto, essas garantias dependerão do nível de desenvolvimento de cada território, e para quebrar este ciclo vicioso é necessário que se fortaleça as instituições democráticas e que a cidadania seja promovida (BARBIERI, 2006).

A abordagem do desenvolvimento das capacidades inova, portanto, quando reconhece que o crescimento econômico não representa a certeza de desenvolvimento e melhora na qualidade de vida de alguns grupos específicos, visto que as liberdades substanciais variam de acordo com fatores subjetivos e objetivos da realidade de cada indivíduo (SEN, 2000). Justamente por reconhecer as contradições presentes no capitalismo globalizado contemporâneo, Sen enxerga na participação popular uma oportunidade de promover políticas públicas mais justas e direcionadas que fortalecem a democracia.

Considerando a importância do processo de construção das cidades para o efetivo bem-estar humano, Harvey (2012) evidenciará o poder que a economia neoliberal globalizada exerce sobre a noção de direitos humanos fundamentais, entre eles, o direito à cidade. Para o autor, esse direito está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (HARVEY, 2012).

Nessa perspectiva, quando o assunto é desenvolvimento sustentável, o global e o local acabam por se unir em prol da mesma causa. Existe uma agenda internacional que dá as diretrizes fundamentais para a implementação do conceito a nível nacional, entretanto, num contexto de globalização, é necessário que se reconheçam os impasses de enquadramento que, segundo Fraser (2002), demandam novas abordagens para lidar com as formas que resultam dos fluxos culturais que possuem uma dimensão que mescla o global e o local.

Ao discutir tais impasses de enquadramento, é importante considerar a influência do mercado global sobre as políticas públicas locais, pois pela primeira vez na história mundial, o capitalismo é o sistema de economia-política que vigora majoritariamente, fazendo com que os Estados ajustem suas políticas às necessidades desse sistema, entrando no fluxo econômico global. (CASTELLS, 1999).

Ainda segundo Castells (1999), a globalização dos bens materiais e imateriais só foi possível devido ao desenvolvimento da informacionalização (meios de comunicação, sistema de informação interativos e transporte de alta velocidade). Então, o Estado deve conectar mais diretamente identidades e interesses com instituições políticas, resgatando seu poder de ação e buscando alternativas para receber e processar os sinais do sistema global interconectado e adequá-lo às possibilidades de cada país, sendo a modernização tecnológica e a participação popular fatores de suma relevância na construção da fórmula do que chamou de “Estado-rede”(CASTELLS, 1999).

Ao incorporar o uso da tecnologia no fortalecimento da democracia, as administrações públicas estão promovendo o desenvolvimento de cidades inteligentes, que segundo (NAM; PARDO, 2011) podem ser definidas como cidades capazes de integrar e atender aos interesses dos indivíduos que dela fazem parte.

Dessa forma, governos e organizações públicas incluem a ideia de inteligência para otimizar suas estratégias de desenvolvimento sustentável, sendo que, devido a ligação entre fatores como tecnologia, pessoas e instituições, uma cidade torna-se inteligente quando os investimentos em capital humano/social e infraestrutura de TI resultam em um crescimento sustentável e provocam melhoria a qualidade de vida por meio da governança participativa (NAM; PARDO, 2011).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS**

#### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Os procedimentos metodológicos empreendidos neste estudo tem como objetivo principal analisar o Orçamento Participativo Digital como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento local sustentável, inteligente e integrado. Desse modo, a pesquisa possui natureza qualitativa, uma vez que para Minayo (2013), através dela é possível compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores no que diz respeito a seus valores culturais, assim como as representações que exercem em determinados contextos históricos. O propósito pode ser expresso como exploratório, tendo em vista a incipiência de informações existentes para explicar a realidade delimitada. Quanto ao seu delineamento, a pesquisa enquadra-se como estudo de caso único, não se atendo somente a uma ou outra técnica de coleta e análise dos resultados, o que privilegia a adaptabilidade do pesquisador aos seus propósitos específicos (YIN, 2015).

Para isso, as técnicas de coleta de dados envolvem desde a análise documental do Plano “Araraquara 2050” e do regimento interno do O.P criado em 2018, até planos orçamentários relevantes para a compreensão do fenômeno - como o Plano Plurianual de 2018 a 2021 -. Em uma segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo para a observação de plenárias digitais do O.P disponibilizadas pelo canal do Youtube da Prefeitura Municipal e também a busca por informações referentes ao mapeamento das obras nos mais diversos canais de comunicação entre administração pública e sociedade civil.

#### **3.2 O Orçamento participativo em Araraquara/SP**

Segundo observação da plenária de abertura do Orçamento Participativo 2022 divulgada pelos canais de comunicação da Prefeitura de Araraquara, essa política surge no município em 2001, implementada por uma gestão pública que considerava eixos como inclusão social, cidade moderna e participação popular fundamentais para seu governo. A prática vigora até o ano de 2008, fim da gestão do prefeito Edinho Silva (Partido dos Trabalhadores), sendo posteriormente retomada com sua reeleição em 2016.

Nessa direção, desde 2017 o Orçamento Participativo volta para o município com a iniciativa de resgatar o fortalecimento de uma cultura participativa e solidária em prol do desenvolvimento local, totalizando, segundo notícia divulgada pelo site da Prefeitura Municipal, cerca de 70 milhões em investimentos para as obras deliberadas pela população até o presente momento.

De acordo com o artigo 2º. do regimento do O.P em Araraquara/SP, as prioridades de investimentos são discutidas e deliberadas através de plenárias regionais, sub-regionais e temáticas, sendo que, as planárias sub-regionais são compostas por membros das sub-regiões que compõem os bairros e servem como preparação para a plenária regional. Já nas plenárias regionais, os mais diversos bairros debatem entre si. Por fim, nas plenárias temáticas são discutidos temas de interesse comum da cidade como um todo, priorizando eixos como: Mulheres, Igualdade Racial, Direitos LGBTQIA+, Idosos, Juventude, Pessoas com deficiência e Plenária da Cidade, que engloba demais assuntos de interesse da população.

Foi necessário, portanto, dividir a cidade de forma geograficamente favorável para a formação desses grupos e posterior eleição das lideranças que os representarão. A divisão foi feita de forma a abarcar 11 regiões e 27 sub-regiões. Alguns dos bairros presentes em cada uma delas são Região 1, sub-região 1: Condomínio Altos do Jaraguá; sub-região 2: Altos do Botânico; Região 2, sub-região 1: Jardim das Oliveiras; sub-região 2: Chácara Veloza I e II, Região 3, sub-região 1: Conjunto Hab. Jardim São Rafael; sub-região 2: Jardim Boavista I e II; Região 4, sub-região 1: Cond Reserva dos Oitis; sub-região 2: Jardim Quitandinha II; sub-região 3: Campus Ville; Região 5, sub-região 1: Jardim Maracanã; sub-região 2: Santa Angelina; Região 6, sub-região 1: Malvino Cury. sub-região 2: Jardim Europa; sub-região 3: Chácara Floresta II; Região 7, sub-região 1: Conjunto Hab. Manoel Rodrigues, sub-região 2: Parque dos Sabiás; Região 8, sub-região 1: Jardim Jacarandá; sub-região 2: Vila Normandia; sub-região 3: Vila Melhado; Região 9, sub-região 1: Conj. Residencial Jardim dos Manacás; sub-região 2: Parque Alvorada; sub-região 3: Parque das Hortênsias; Região 10, sub-região 1: Chácara Flora; sub-região 2: Bueno de Andrada; sub-região 3: Assentamento Monte Alegre; Região 11, sub-região 1: Assentamento Bela Vista; sub-região 2: Bairro dos Machados; sub-região Única: Parque Res. Valle Verde.



No que diz respeito à representação desses grupos, consta no artigo 8º. do regimento interno desta política pública que em cada plenária sub-regional e temática fica garantida a eleição de pelo menos 1 representante para cada 10 moradores presentes por bairro, loteamento ou temática. Segundo o parágrafo primeiro, os representantes eleitos irão compor os Fóruns Regionais e Temáticos de Representantes e o Fórum Municipal de Representantes. Ainda, conforme o artigo 13º. para participar e ter direito a voto nas plenárias regionais e sub-regionais é necessário ser morador das respectivas regiões e maior de 16 anos de idade.

Acompanhando o artigo 9º, os membros do Conselho do Orçamento Participativo (C.O.P) serão eleitos nas plenárias regionais e temáticas levando em conta as lideranças já escolhidas para os Fóruns Regionais e Temáticos, visto que cada região e temática terá o direito de eleger 2 conselheiros titulares e 2 suplentes. É o C.O.P o órgão responsável por propor, fiscalizar e deliberar a respeito do Plano de Investimentos do Orçamento Participativo que fará parte do Plano Plurianual (P.P.A) e da constituição da Lei Orçamentária Anual (L.O.A). As deliberações são estabelecidas por maioria simples de votos dos conselheiros titulares.

Analisando tais documentos orçamentários, é possível constatar o seu comprometimento com um projeto de cidade sustentável, dado que a lei Nº 9. 138 que estabelece o Plano Plurianual para o exercício de 2018 a 2021 no município de Araraquara/SP expressa ideais e intenções que se relacionam diretamente ao “Plano Araraquara 2050”, criado em 2019, assim como com às diretrizes da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Tendo como eixos de governabilidade a transparência, a participação popular, o desenvolvimento com sustentabilidade e a garantia de qualidade de vida e direitos sociais, o demonstrativo de ações e programas por órgão e unidade do Plano Plurianual 2018-2021 demonstra que para cada programa ou ação executada pelo poder municipal existe uma justificativa embasada por qual(is) Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a elas se relacionam.

Segundo o Coordenador Executivo de Participação Popular Anderson Morfy em notícia divulgada pelo site da Prefeitura Municipal, as interferências da participação popular em 139 plenárias de 2017 a 2019 já resultaram em 55 obras eleitas e mais de 27 obras entregues. As obras compreendem os mais diversos segmentos como saúde, lazer, esporte, educação, cultura, geração de renda, etc. e propõem interseccionalidades com questões de igualdade de gênero e raça, além da valorização de comunidades sustentáveis e inclusão de pessoas com deficiência.

Por conseguinte, foram conquistas do O.P na área da saúde: Reforma do Pronto Socorro do Melhado; entrega da nova sede do Centro de Referência da Mulher; Unidade de Saúde Nair Damásio Claudino (Victória de Santti); Centro Dia para pessoa com deficiência (APAE); construção de Unidade de Saúde (São Bento). Já na área de esportes e lazer: reforma e adequação do Ginásio de Ginástica Artística; cobertura da Quadra da Praça Scalamandrê Sobrinho; reforma da Área de Lazer do Melhado; reforma da Área de Esportes e Lazer Benedicto Primani (Altos de Pinheiros); reforma da Área de Lazer Dirce Cruz Vintecinco (Jardim Del Rey), reforma da Área de Lazer George Washington Rocha (Hortênsias).

A área da educação e cultura contou com a destinação de recursos para o Centro Municipal de Combate ao Racismo; reforma do C.E.R Leonor Mendes de Barros (Parque Infantil); reforma e ampliação do C.E.R José Pizani; reforma e ampliação do C.E.R Carmelita Garcez (São José); construção do Espaço Quilombo Rosa; reforma do C.E.R Rosa Ribeiro Stringhetti (América); reforma do C.E.R. Profª Honorina Comelli Lia (Imperador); reforma do C.E.R Rosa Bróglia Zanin (Jardim Iedda). Ao pensar a questão da geração de trabalho e renda houve a aquisição de maquinário para o Assentamento Bela Vista e no campo ambiental a revitalização do Córrego Tanquinho.

### **3.2.1 Paz, justiça e instituições eficazes: o Orçamento Participativo Digital em Araraquara/SP**

Criado em 2017, o Orçamento Participativo Digital - “ Plenárias da Cidade” surge como alternativa para estreitar os canais de comunicação entre administração pública local e sociedade civil. Consiste numa ferramenta de acesso virtual, através do site da

Prefeitura Municipal de Araraquara/SP, em que os cidadãos podem eleger quais os temas de maior relevância para as plenárias do O.P com a temática “Cidade”, ou seja, são debatidos assuntos de interesse de todos os bairros e regiões do município.

O Orçamento Participativo Digital, portanto, não exclui a existência das plenárias regionais, sub-regionais e temáticas que ocorrem de forma presencial, ao invés disso, sua proposta é facilitar a eleição de pautas importantes para a plenária específica que reúne sugestões acerca de obras de interesse comum para todos os cidadãos araraquarenses. Seu funcionamento implica o acesso à internet e a entrada no site da Prefeitura Municipal na página do Orçamento Participativo. Seu acontecimento é divulgado através das redes sociais do poder público. Dessa forma, as temáticas eleitas como possuidoras de maior urgência/relevância são discutidas posteriormente em plenária presencial.

O O.P Digital vigora durante os anos de 2017, 2018 e 2019, uma vez que o advento da pandemia do Coronavírus em 2020 interrompeu as atividades do O.P como um todo, sendo necessário dedicar o foco das políticas públicas para a área da saúde. Nesse sentido, em reunião de abertura do O.P 2022 o Prefeito Edinho Silva reconhece os atrasos tanto na entrega de algumas obras como na realização de plenárias e justifica-os alegando a importância de realizar uma boa gestão da pandemia no município e também discorrendo sobre problemas resultantes de processos licitatórios.

Em 2021, no entanto, as reuniões e discussões participativas retornam à realidade araraquarenses, dessa vez de forma totalmente online, devido a importância de considerar o distanciamento social fundamental para a integridade dos munícipes. O objetivo, segundo o prefeito Edinho em plenária de prestação de contas do O.P “Temática Cidade”, era o de não estagnar os processos participativos no município mesmo diante das dificuldades e do que chamou de “maior crise humanitária enfrentada já enfrentada pelo Brasil”.

Logo, durante todo o ano de 2021 as plenárias de prestação de contas ocorreram através da plataforma “Zoom” e foram exibidas posteriormente pelo canal do Youtube da Prefeitura Municipal. O Prefeito ainda ressalta a importância de garantir que todos os bairros participantes do O.P tenham acesso à internet, sugerindo como política pública de

democratização da informação a compra de tablets e pacotes de dados gratuitos para as comunidades socialmente vulneráveis.

Segundo observação da plenária de prestação de contas de 2021, as obras escolhidas via O.P Digital - “Planárias da Cidade” durante os anos de 2017, 2018 e 2019 foram respectivamente a construção do Pronto Socorro do Melhado, a construção do Núcleo de Gestão Ambulatorial “Dr. Francisco Logatti” e a reforma da Casa da Cultura, priorizando os eixos saúde e cultura para o município com um grande investimento orçamentário, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1: Investimento orçamentário do O.P Digital

<b>Obra/Ano</b>	<b>Segmento</b>	<b>Bairro</b>	<b>Principal O.D.S vinculado</b>	<b>Orçamento</b>
Pronto Socorro do Melhado /2017	Saúde	Vila Melhado	ODS 3: Saúde e bem-estar	R\$ 3.397.872,00 + 4.000.000,00 em equipamentos + R\$ 2.000.000,00 em recursos próprios.
Núcleo de Gestão Ambulatorial - NGA3 /2018	Saúde	Centro	ODS3: Saúde e bem-estar	R\$ 7.089.519,89
Reforma Casa da Cultura /2019	Cultura	Centro	ODS 4: Educação de qualidade	R\$ 70.000,00 - Etapa 1

Fonte: Elaboração Própria

Ainda, o Plano Plurianual para o exercício de 2018 a 2021, aponta um custo estimado para O.P Virtual de R\$ 113.525,00 no que diz respeito a realização das plenárias e serviços conjuntos, levando em conta um aumento progressivo de cidadãos participantes durante os 4 anos seguintes, iniciando com 3.000 em 2018 e dobrando para 6.000 em 2021.

### **3.3 Análise dos Resultados**

A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012). O Orçamento Participativo possui a nível local uma iniciativa pautada pelos ideais que concebem a efetividade de

políticas públicas quando formuladas e implementadas 'de baixo pra cima', sendo, portanto, o modelo mais democratizante conhecido pelo Brasil (AVRITZER, 2008).

No entanto, segundo Silva (2009), diferentemente do ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS, o município de Araraquara/SP não possuía uma grande mobilização e organização social ativa em prol da participação popular, tendo o O.P se concretizado enquanto uma atitude do poder executivo municipal. O planejamento de um aumento progressivo de indivíduos envolvidos no processo como expresso pelo P.P.A 2018-2021, aponta para o investimento da cidade em uma cultura mais participativa, pois através do conhecimento e participação nas decisões da máquina pública, a Secretária de Direitos Humanos e Participação Popular Amanda Vizoná afirma em plenária que os indivíduos passam a ter um maior interesse em se organizar politicamente em prol da melhoria da qualidade de vida local.

É possível afirmar que todas as políticas públicas finalizadas ou em andamento se relacionam diretamente com os 12 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável delineados pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com o ODS 3: Saúde e bem-estar; ODS 4: Educação de qualidade; ODS 5: Igualdade de Gênero; ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 10: Redução das desigualdades e ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis, colocando Araraquara/SP no caminho para fazer do município um âmbito propício para o atingimento de metas globais através do desenvolvimento sustentável local, garantindo também a confiabilidade dos cidadãos na política municipal.

As obras advindas do Orçamento Participativo, desse modo, representam avanços para fazer de Araraquara/SP uma cidade comprometida com a Agenda 2030. Além disso, representam o desenvolvimento como meio e fim para o alcance das liberdades substantivas, que segundo Sen (2000) incluem evitar privações como a fome, a subnutrição, a morte prematura, assim como proporcionar os saberes educacionais como ler e fazer cálculos aritméticos, exercitando também a participação política e liberdade de expressão.

Algumas dessas políticas ainda possuem interseccionalidades, como por exemplo, a revitalização do Córrego Tanquinho, que dialoga diretamente tanto com o ODS 6: "Água potável e saneamento", quanto com os ODS 14: "Vida na água", o ODS 15: "Vida terrestre" e o ODS 3: "Saúde e bem-estar". A construção de prédio para o projeto social

Quilombo Rosa também possui multidimensionalidade fundamental, uma vez que envolve questões de educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e redução das desigualdades (ODS 10).

As iniciativas do Orçamento Participativo Digital, por sua vez, representam o interesse comum dos cidadãos araraquarenses por uma cidade mais integrada, pois constroem espaços de interesse comum que impactam diretamente a vida da população, seja pela necessidade de possuir um sistema público de saúde mais amplo e eficaz como o Pronto Socorro do Melhado (ODS 3) ou o direito de ter o seu patrimônio histórico-cultural preservado com a Reforma da Casa da cultura (ODS 4; ODS 11), como exprime a meta 11.4 do ODS “Cidades e Comunidades Sustentáveis” desenvolvida pelas Nações Unidas: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

No Orçamento Participativo Virtual “Plenária da Cidade”, portanto, não são impostos limites geográficos para a participação, desde que o interessado seja residente no município. Isso demonstra a relevância do uso de tecnologias da informação e comunicação para a construção de uma cidade que venha a ser mais integrada e colaborativa, pois para Castells (1999), a construção de um Estado-rede apresenta uma alternativa otimista para a recuperação do poder de ação do Estado dentro da sociedade informacional contemporânea.

A proposta do Prefeito Edinho Silva de garantir tablets e pacotes de dados gratuitos para a população dos bairros mais vulneráveis participantes do O.P por si só não garante uma verdadeira cidadania digital, pois para (BONILLA; OLIVEIRA, 2011) é necessário criar estímulos e condições de uso e aplicabilidade. Entretanto, ao analisar a garantia de serviços fundamentais oferecidos pelo O.P para o desenvolvimento das capacidades elementares de cada cidadão, é possível aproximar esse cenário da realidade araraquarense.

Por conseguinte, aliar a participação popular ao uso das TIC’s (Tecnologias da informação e comunicação apresenta uma alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável, inteligente e integrado local, sendo de suma importância garantir o acesso a essas ferramentas de forma democratizante, tendo em vista que nenhum indivíduo deve ser excluído dos processos participativos, pois a sua iniciativa gera resultados mais eficientes do que aqueles que excluem a sua participação (SEN, 2000).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão participativa representa cada vez mais uma iniciativa para a descentralização política e a abertura de caminhos para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, inteligentes e integradas. Isso porque através dela é possível produzir políticas públicas mais eficientes e direcionadas às carências dos cidadãos que compõem esse processo.

É no cenário local que a administração pública adquire influência direta sobre a vida dos indivíduos e, nesse sentido, é de suma importância que os gestores públicos resgatem o seu poder de ação frente a uma era de capitalismo neoliberal globalizado. Para isso, práticas como o Orçamento Participativo devem apropriar-se de meios que tornem o mecanismo participativo um fenômeno simplificado e otimizado em relação às urgências que envolvem demandas, disponibilização de recursos e escassez de tempo.

Assim, o Orçamento Participativo Digital - “Plenárias da cidade” atua como uma ferramenta de inteligência capaz de captar as principais temáticas de interesse e necessidade comuns a Araraquara/SP, produzindo a integração entre diversos atores fundamentais para o desenvolvimento do município. Nessa direção, o acesso pleno a essa ferramenta pela internet deve ser garantido a todos os cidadãos, dado que é pouco possível inserir os munícipes em um processo de cidadania digital quando não há uma verdadeira preocupação em construir um processo realmente incluyente.

#### **REFERÊNCIAS**

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação do Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, pp. 43-64, jun. 2008.

BARBIERI, J. C. "O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável". In: CABRAL, A. COELHO, L. **Mundo em Transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Ed. Belo Horizonte, pp. 23-46, 2006.

BONILLA, Maria Helena; OLIVEIRA, Paulo C. S. de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria H.; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). **Inclusão Digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

BORBA, J; RIBEIRO, E. Orçamento Participativo e cultura política: Explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 13-44, jun. 2012.

CASTELLS, M. Estado-rede: a possibilidade do Estado na sociedade informacional. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, pp. 7-20, 2002.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul/dez. 2012.

JOPPERT, M. Guia de Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios. Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People, and Institutions. In: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH, 12. 2011, New York. **Proceedings** [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2011.

ONU, **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em:

[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf). Acesso em fev. de 2022.

PREFEITURA Municipal de Araraquara. **Legislação Digital**, 2019. Disponível em:

<https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9500> Acesso em: fev de 2022.

PREFEITURA Municipal de Araraquara. **Plano Plurianual**, 2018. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/planejamento-participacao-popular/paginas-planejamento/plano-plurianual> Acesso em: fev. de 2022.

PREFEITURA Municipal de Araraquara. **Plenária de Lançamento do Orçamento Participativo acontece nesta sexta (11), 2022**. Disponível em:

<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2022/fevereiro/10-1/plenaria-de-lancamento-do-orcamento-participativo-acontece-nesta-sexta-11-1> Acesso em: fev. de 2022.



PREFEITURA Municipal de Araraquara. Prefeito e Unesp entregam programa Araraquara 2050 na Câmara. Disponível em:

<<https://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2018/09/17/prefeito-e-unesp-entregam-programa-araraquara-2050-na-camara>> Acesso em: fev. de 2022.

PREFEITURA Municipal de Araraquara. **Regimento Interno do Orçamento Participativo, 2018**. Disponível em:

<<http://www.araraquara.sp.gov.br/programas/op>> Acesso em fev. de 2022.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução. [s.l.]. Editora Schwarcz Ltda, Rio de Janeiro, 2000.

SEN, A. **Sobre Ética e Economia**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras: 1999.

Silva, E. C. da. Entre o legal e o real: a autoridade da comunidade e do governo no desenvolvimento do Orçamento Participativo de Araraquara. **Temas de Administração Pública, Araraquara**, v. 4, n. 5, 2009.

YIN, Robert K.. Estudo de Caso, **Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2015.